



Greve na Funasa

Os servidores da Funasa-DF atingidos pelo corte da Indenização de Campo deliberaram que o Sindsep-DF entre com um mandado de segurança e também paralisaram os trabalhos para obrigar o governo a negociar uma solução. A decisão foi adotada após discussão em duas assembléias na semana passada.

A Indenização de Campo (Lei 8.216/91) é um valor que o servidor recebe para realizar o trabalho de combate às endemias. Para alguns cargos, a MP 431 substituiu esse valor pela Gacem (Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias) mas

deixou muitos outros de fora (a maioria, no caso do DF) o que provocou redução de salário. A paralisação ocorre porque o governo não cumpriu a promessa feita em 15.06 de criar um convênio com o governo local (GDF) que garantiria a extensão da GACEN aos que ficaram de fora da MP 431.

Também continua a luta pela inclusão na Gacem de todos os servidores de campo do órgão, por meio de trabalho de convencimento dos parlamentares a votarem a favor da emenda apresentada pela Condsef à MP 431.

Assembléia dos servidores da Funasa

Segunda - 30.06 - 15h - Espaço do Servidor

Chega de "surpresas"

O governo, o Ministério do Planejamento, ainda não cumpriu sua obrigação de corrigir imediatamente todos os prejuízos causados aos servidores por problemas na MP 431. Muitos dos cedidos dos ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência ficaram sem receber a nova GDPST (Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho).

A SRH do Planejamento se comprometeu a assinar, nesta segunda-feira, um novo termo de acordo para corrigir esse tipo de problema.

Não há resposta, no entanto, para os servidores cedidos que tiveram redução de salário neste mês de junho. Uma folha suplementar já foi fechada mas ela não vai garantir o pagamento para todos. Os servidores exigem da SRH uma solução imediata!

Há, ainda, dispositivos incluídos pelo governo na MP 431 que não passaram por nenhuma discussão nas negociações. É o caso do aumento do tempo de estágio probatório de dois para três anos, da referência para comparação com o salário mínimo (se vencimento básico ou remuneração total) e, notadamente, a flexibilização das normas para contratação de temporários.

Os servidores e suas entidades, os sindicatos e a Condsef, não podem exigir menos do que o respeito pelo governo –a partir do Planejamento– do que foi acertado nas mesas de negociação. Esses pontos têm que ser retirados da MP 431 e que não surjam novas "surpresas" oportunistas nas próximas MPs.

▶ DNPM

Ato vai cobrar do governo apresentação de proposta

Com o cancelamento da reunião na qual o MPlanejamento apresentaria a proposta de reestruturação das tabelas, dia 27.06, os servidores do DNPM decidiram realizar um ato na segunda-feira (30.06), a partir das 10h, em frente ao Bloco C.

▶ Contratos temporários x novos servidores

Pelo concurso público para cargos efetivos

Com a MP 431, o governo ampliou suas possibilidades de contratar em caráter temporário a pretexto de "situações de emergência". Apressado, logo editou as Portarias nºs 125, de 28.05.08, e 155, de 17.06.08, autorizando, no total, 4.531 contratações temporárias com vagas distribuídas para os Ministérios do Turismo, da Saúde, do Desenvolvi-

mento Agrário, do Planejamento, das Comunicações, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração, do Meio Ambiente, Funai, DNIT, Iphan, MCidades e Ibama.

Em 11.06.08, o Decreto nº 6.479, concedeu aumento em torno de 36%, beneficiando inclusive os atuais temporários. Enquanto isso, os servido-

res dos mesmos órgãos tiveram reajustes escalonados até 2010 e abaixo do reivindicado. Os efetivos ganham menos que os temporários equivalentes para realizar as mesmas tarefas. Além disso, os efetivos são obrigados a assumir responsabilidades que os temporários não podem assumir. A revolta da categoria é ainda maior porque os quadros do

PGPE, um dos setores cujas tarefas passariam a ser divididas com os temporários, foram os que tiveram os menores reajustes. O Sindsep-DF estuda o ingresso de ação judicial para impedir o governo de prosseguir com essas contratações que, ao lado das consultorias, são fator de desmotivação dos servidores e desqualificação do serviço público.

▶ Funai

Direção garante o PCI na 2ª MP

Em assembléia dia 27.06, os servidores da Funai aprovaram o envio de um ofício convidando a direção do órgão a dar esclarecimentos sobre as negociações do Plano de Carreira Indigenista (PCI). Também aprovaram moção de agradecimento dos servidores aos represen-

tantes indígenas que na Comissão Nacional de Política Indígena (CNPI) defenderam com veemência o PCI e a revitalização da Funai. Em reunião dia 26.06, o presidente do órgão, Márcio Meira, garantiu à direção do Sindsep-DF que o PCI estará na 2ª MP, pois esta é uma deci-

são do presidente Lula. **Nesta segunda-feira (30.06), os servidores voltam a se reunir em assembléia às 16h, no auditório Gilberto Pinto Figueiredo.** Na quarta-feira (2.07), às 10h, o setor participa do Ato dos Sem Carreira, organizado pelo Sindsep-DF.



▶ Fazendários

Impasse na Fazenda

Após fechar o acordo com o governo, em 14.04, as únicas notícias recebidas pelos fazendários diziam que haveria "ajustes" na tabela. E o pior é que o termo de compromisso finalmente assinado pela Condsef com o governo, em 24.06, ainda traz o descumprimento de um dos itens do acordo, o que prejudica gravemente um dos setores da Fazenda. Trata-se de uma diferença percentual sobre a GT-Gratificação Temporária, percebida por 970 servidores da PGFN. Na mesa de negociação ficou acertado que ela permaneceria até a regulamentação da avaliação de desempenho. Os servidores da PGFN reagiram quando perceberam e cobraram que a Condsef corrigisse o erro, exigindo do governo a extensão a todos os servidores da Fazenda do valor da diferença, caso a gratificação seja extinta. A Confederação informou que já solicitou do Planejamento a retificação da tabela. Os servidores permanecem atentos às negociações.

▶ MDS

Ato cobra plano de carreira específico

Em ato realizado no dia 27.06, em frente ao Ministério do Desenvolvimento Social, os servidores manifestaram a insatisfação com o desinteresse do órgão em consolidar o ministério por meio da implantação de um Plano de Carreira que valorize os atuais servidores e não somente os futuros, como hoje está previsto em um PL que tramita no Congresso.

Após quatro horas de espera, uma comissão de servidores e um diretor do Sindsep-DF foram recebidos

pela secretária-executiva do MDS, Arlete Sampaio. Os servidores cobraram que o órgão envide esforços para viabilizar o pleito do setor junto ao MPlanejamento, ao mesmo tempo, em que a categoria buscará o apoio de parlamentares. Arlete se comprometeu a conversar com o ministro Patrus Ananias e marcar uma reunião para a 2ª quinzena de julho. Os servidores estão atentos e esperam que a agenda seja cumprida para que possam avançar nas demandas do setor.



▶ Ação vitoriosa

Pagamento da URP/88 está disponível

Está disponível na seção "Jurídico" da página do sindicato na internet (www.sindsep-df.com.br) a relação dos servidores beneficiados pela ação URP/88 (processo nº 01648/1989), que foi julgada em

2002. São 256 servidores que devem entrar em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindsep-DF. Contato pelos telefones: 3212-1900 / 3212-1926 / 3212-1927 / 3212-1928 / 3212-1956.

▶ FNDE

Assembléia aprova proposta do governo

Em assembléia dia 27.06, os servidores do FNDE aprovaram a proposta de reestruturação de tabela apresentada pelo governo. Numa votação acirrada, foi decidido continuar a luta pela valorização do servidor. A tabela foi criticada porque mantém a quebra da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. O reajuste é escalonado em três anos, com a primeira parcela a partir de julho/2008.

▶ MJustiça

Assembléia elege membros do GT

Assembléia dos servidores do Ministério da Justiça elegeu os membros do GT do Plano de Carreira no MPlanejamento. Titulares: Máximo Oliveira de Souza, José Francisco dos Santos, Mário Antonio de Oliveira Santos, Quintino Rodrigues de Lima e o representante da

Condsef. Suplentes: Antônia de Maria Alexandre de Sousa; Francisco de Assis Pereira da Silva; Ulda Ribeiro de Andrade e João Bosco de Souza. Em breve, uma portaria deve ser publicada no DOU para o início dos trabalhos do GT.

▶ MRE

Servidores negociam ingresso no Serviço Exterior Brasileiro

Os servidores do quadro permanente do Itamaraty, lotados no PGPE/PCCS, reivindicam do MPlanejamento sua inclusão no quadro do Serviço Exterior Brasileiro. A carreira foi criada pela MP 319/06, que gerou a Lei 11.440, de 29.12.06. Durante a tramitação da MP 319, o setor conseguiu a apresentação de uma Emenda nesse sentido, retirada após intensa negociação com o governo, que garantiu o envio de nova MP em 2007 para contemplar os servidores do PGPE/PCCS. Até agora, porém, esse acordo não foi cumprido.

Em nova reunião com o MPlanejamento, dia 16.06, os representantes

do setor entregaram um resumo da proposta, contendo a cronologia das negociações e exemplos de outras categorias que migraram para planos específicos. Nessa reunião, o Planejamento propôs a criação de um GT, o que não é necessário, já que a inclusão dos servidores no Serviço Exterior Brasileiro é fruto do acordo firmado entre o governo e as entidades representativas do setor, em 2006, motivo pelo qual a proposta foi rejeitada. Na última quinta-feira, 25.06, a Condsef obteve do Planejamento o compromisso de negociar durante o mês de julho a forma de atendimento da reivindicação.

Assembléia geral

Quinta-feira – 3.07 – 13h – auditório do anexo II

▶ MPlanejamento

Servidores cobram plano específico

Os servidores do Ministério Planejamento, que lutam há anos pelo plano de carreira específico, cobram do governo sua inclusão na 2ª MP, além da extensão da GSISTE e a inclusão no Ciclo de Gestão.

▶ Anistiados

Câmara discute retorno de anistiados

A Câmara dos Deputados realiza na quarta-feira, dia 2.07, das 9h às 13h, o 1º Seminário sobre os Demitidos e Anistiados do Governo Collor, no auditório Nereu Ramos. Entre os convidados como expositores estarão o advogado do Sindsep-DF, Dr. Ulisses Borges e Edison Cardoni, diretor do Sindsep-DF e da Condsef, e Carlos Alberto, diretor do Sindsep-DF.

▶ Bacen

Funcionalismo aguarda Termo de Acordo

Após aprovação proposta negociada entre as entidades e o governo, o funcionalismo do Banco Central aguarda a assinatura do Termo de Acordo e a edição da medida provisória, para que se concretize o atendimento das reivindicações. O resultado das negociações não foi o que a categoria reivindicou na sua integralidade, porém, houve conquistas importantes. Além

das cláusulas salariais, o acordo prevê a reestruturação do atual Grupo de Trabalho que está discutindo a carreira, para incluir a participação da SRH do Planejamento, e prazos para se discutir a antecipação de parcelas. Cada servidor deve continuar vigilante, cobrando e acompanhando a edição da MP. Filie-se ao Sindsep-DF, sindicato forte, a serviço da categoria!

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Carlos Henrique, Cláudio Santana, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Hermes Araújo, Iriseleth, José Lourenço, Máximo Oliveira, Otton Neves, Thereza Alencar, Roberto Glauber, Roberto Carvalho. – Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Assistente de Redação: Leide Santos – Estagiária: Rafaela Osler – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 14.000 – Imprensa: Intergraf – Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.